

Sumário

A figura admirável de Theotonio Negrão	15
Apresentação.....	17
Prefácio.....	19
Introdução.....	21
Capítulo I – Uma visão contemporânea da atividade jurisdicional e do acesso à justiça	24
1.1 Expectativas contemporâneas acerca da atividade do juiz	24
1.2 Uma nova visão sobre a inafastabilidade do controle jurisdicional.....	28
1.3 A atividade de ofício como exigência do princípio do contraditório.....	38
Capítulo II – Matérias que autorizam atividade de ofício do juiz e princípios processuais civis relacionados ao tema.....	43
2.1 Matérias de ordem pública: ainda um assunto polêmico.....	43
2.2 O interesse público como justificativa.....	45
2.3 Opiniões doutrinárias a respeito. Classificação das normas jurídicas.....	49
2.4 Matérias de ordem pública de direito material e de direito processual ...	54
2.5 Princípios processuais civis relacionados à atuação de ofício do juiz.....	58
2.5.1 Princípio dispositivo (e anotações sobre o princípio da congruência)..	58
2.5.2 Exceções ao princípio dispositivo verificadas no CPC.....	64
2.5.3 Princípio inquisitório: contraponto ao princípio dispositivo?.....	64
2.5.4 Princípio do impulso oficial.....	67
2.6 Atuação de ofício relativamente a outras matérias.....	71
2.7 “Enquanto não proferida a sentença de mérito”?.....	72
Capítulo III – Atividade de ofício do juiz em grau recursal nos recursos em geral.....	74
3.1 Recursos em geral: uma proposta de organização das atividades de ofício em grau recursal	74
3.2 As atividades de ofício de ordenação processual: o juízo de admissibilidade ..	75
3.3 Teria o juízo de admissibilidade caráter declaratório?	77
3.4 Nosso entendimento sobre o assunto.....	84
3.5 Requisitos de admissibilidade.....	87

3.6	Requisitos de admissibilidade intrínsecos	88
3.6.1	Interesse de agir.....	88
3.6.1.1	O conceito de prejuízo que autoriza a interposição de recurso	90
3.6.1.2	Pronunciamentos judiciais que admitem recurso: a irrecorribilidade dos despachos	96
3.6.1.3	Recorribilidade do cite-se?.....	99
3.6.1.4	Concessão de tutela antecipada em sentença: recurso cabível	100
3.6.1.5	Princípio da fungibilidade	103
3.6.1.5.1	A fungibilidade recursal e a tensão com outros princípios recursais.....	109
3.6.1.5.2	Instrumentalidade e aproveitamento dos atos processuais.....	112
3.6.1.5.3	Os requisitos para a aplicação do princípio da fungibilidade.....	114
3.6.1.5.4	Inexistência de erro grosseiro e de má-fé.....	115
3.6.1.5.5	Existe “dúvida objetiva”?.....	118
3.6.1.5.6	Fungibilidade e atuação de ofício. a aplicação do princípio e a iniciativa para tanto.....	120
3.6.1.5.7	O prazo recursal e o princípio da fungibilidade.....	122
3.6.2	Legitimidade recursal	123
3.7	Requisitos de admissibilidade extrínsecos.....	125
3.7.1	A inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do direito de recorrer	125
3.7.1.1	A partir de quando a renúncia e a desistência produzem efeitos?.....	128
3.7.2	Recolhimento das custas recursais (preparo e deslocamento dos autos).....	130
3.7.2.1	A complementação do depósito deve ocorrer também quando houver indução da parte em erro	134
3.7.2.2	A possibilidade de complementação estende-se ao porte de remessa e retorno?	134
3.7.3	Adequação formal.....	135
3.7.4	Tempestividade.....	136
3.7.5	Intempestividade por “prematividade”?.....	136
3.8	O art. 515, § 4º, do CPC: a correção das nulidades sanáveis em grau recursal	139
3.8.1	A razão de ser do dispositivo legal	139
3.8.2	A interpretação do art. 515, § 4º, do CPC.....	140
3.8.3	Nulidades absolutas são sanáveis?.....	142

3.8.4	A aplicação do art. 515, § 4º, a outros recursos cíveis além da apelação	144
3.8.5	O prosseguimento do julgamento, quando possível.....	145
3.9	As atividades de ofício relativamente ao julgamento do mérito do recurso ..	146
3.10	A prescrição e seu conhecimento de ofício pelo órgão jurisdicional.....	146
3.10.1	A prescrição: razão de ser	146
3.10.2	A prescrição antes da Lei n. 11.280/06	148
3.10.3	A prescrição após a Lei n. 11.280/06	150
3.10.4	O art. 40, § 4º, da Lei n. 6.830/80	156
3.10.5	A prescrição e a atividade de ofício em grau recursal	158
3.10.6	A aplicabilidade da nova redação do art. 219, § 5º, do CPC aos processos em curso.....	159
3.11	Atividades de ofício em 2º grau por força do julgamento monocrático fundado no art. 285-A.....	160
3.11.1	O julgamento “antecipadíssimo” da lide.....	160
3.11.2	Casos idênticos.....	161
3.11.3	A aferição de identidade de casos como fundamento da apelação do autor.....	163
3.11.4	Jurisprudência do juízo ou do juiz?	163
3.11.5	“Quando a matéria controvertida for unicamente de direito”....	165
3.11.6	Desenvolvimento em 2º grau de jurisdição do processo em que se deu a aplicação do art. 285-A	166
3.11.7	A aplicabilidade do art. 285-A do CPC em grau recursal	168
3.12	A atuação de ofício do relator com fundamento no art. 557 do CPC	168
3.12.1	Frustração da razão de ser do julgamento colegiado?.....	169
3.12.2	Jurisprudência dominante: um conceito vago	174
3.12.3	A jurisprudência dominante pode provir do órgão fracionário e do tribunal local, desde que conforme ao posicionamento do STJ e do STF.....	180
3.13	O contraditório e a atividade de ofício: embargos de declaração, decisões do relator com fundamento no art. 557 do CPC e o agravo do § 1º do art. 557 do CPC	181
3.13.1	Contraditório e embargos de declaração	182
3.13.2	As decisões do relator fundadas no art. 557 do CPC e o contraditório.....	188
3.13.3	O contraditório no agravo previsto no art. 557, § 1º, do CPC..	191
3.14	A relevante questão de direito do art. 555, § 1º, do CPC: iniciativa oficial quanto à uniformização de jurisprudência.....	193

Capítulo IV – Temas relacionados às atividades de ofício no processamento da apelação..... 196

4.1	O efeito translativo.....	196
-----	---------------------------	-----

4.2	A extensão do efeito devolutivo	198
4.3	CPC, art. 515, § 3º: o julgamento do mérito pelo tribunal, em hipótese de apelação de sentença meramente terminativa	205
4.4	A jurisdição recursal relativamente aos fatos “novos”	211
4.5	As súmulas impeditivas de recursos.....	213
Capítulo V – Temas relacionados às atividades de ofício no processamento do agravo de instrumento		216
5.1	A conversão do agravo de instrumento em retido	216
5.2	A petição do art. 526 do CPC	218
5.3	As peças obrigatórias nos agravos de instrumento	220
5.4	Requisição de informações	223
5.5	Intimação para contraminuta quando não citado o réu?	224
5.6	Extensão do efeito translativo no agravo de instrumento	226
5.7	A irrecorribilidade da decisão que aprecia o pedido de efeito suspensivo no agravo de instrumento.....	228
Capítulo VI – Atuação de ofício nos recursos de efeito devolutivo restrito...		231
6.1	Os recursos de efeito devolutivo restrito	231
6.2	Recursos ordinários de efeito devolutivo restrito: embargos declaratórios e embargos infringentes.....	233
6.3	Embargos declaratórios.....	233
6.4	Embargos infringentes	236
6.5	Matérias de ordem pública, atuação de ofício e instância excepcional	237
6.6	A vocação e o cabimento dos recursos extraordinário e especial.....	239
6.7	O efeito translativo e os recursos excepcionais.....	243
6.8	O prequestionamento da matéria de ordem pública: necessidade?	244
6.9	Juízo de cassação e juízo de revisão dos recursos excepcionais.....	247
6.10	A Súmula 456 do STF e o art. 257 do Regimento Interno do STJ.....	252
6.11	A questão do controle difuso de constitucionalidade em sede de recurso especial.....	255
6.12	O procedimento do controle difuso de constitucionalidade pelo STJ	260
6.13	A extensão do juízo de admissibilidade dos recursos excepcionais: zonas de conflito com o mérito	260
6.14	A repercussão geral no recurso extraordinário: novo requisito de admissibilidade.....	265
6.15	O prequestionamento	271
Capítulo VII – A atividade instrutória em grau recursal		275
7.1	A relevância da questão	275
7.2	Existe um momento único para a instrução probatória?.....	277

7.3	A previsão legal da atividade de instrução em grau de recurso: conversão do julgamento em diligência (CPC, art. 560, parágrafo único).....	282
7.4	Crítérios para a atividade probatória em grau recursal.....	284
7.5	O procedimento da instrução probatória recursal.....	286
7.6	Que provas seriam produzíveis em grau recursal?.....	289
7.7	A prova documental.....	289
7.8	O interrogatório da parte.....	292
7.9	Inspeção judicial.....	295
7.10	A prova pericial.....	297
7.11	Instrução probatória no agravo de instrumento.....	298
Capítulo VIII – Tutelas de urgência em grau recursal.....		300
8.1	Os requisitos comuns e as distinções entre a tutela cautelar e a tutela antecipada.....	304
8.2	Hipótese especial de concessão de tutelas antecipadas: tutelas de evidência, não necessariamente atreladas ao risco. Abuso do direito de defesa e incontrovérsia.....	305
8.3	A tutela cautelar em grau recursal.....	306
8.4	A tutela antecipada em grau recursal.....	310
8.5	Momento procedimental para concessão de tutelas de urgência.....	313
8.6	Zonas de confusão entre as tutelas cautelar e antecipada em esfera recursal: recursos de cassação, ou em que se pretende apenas a cassação.....	314
8.7	Previsibilidade legal das tutelas de urgência em grau recursal: proposta de sistematização.....	317
8.8	Competência para concessão de tutelas de urgência em grau recursal.....	318
8.9	Competência para providências urgentes em sede recursal excepcional.....	323
8.10	Urgência e retenção dos recursos excepcionais. CPC, art. 542, § 3º.....	324
8.11	Requisitos.....	326
8.12	Tutela cautelar recursal de ofício.....	327
8.13	Tutela antecipada recursal de ofício.....	328
8.14	Execução da tutela recursal antecipada.....	332
Capítulo IX – A remessa necessária.....		333
Capítulo X – Atividades correcionais.....		337
Capítulo XI – Conclusões.....		340
Bibliografia.....		346